

Expediente EY
ESG Guidebook

Coordenação Editorial
Manuela Ponfick

Redação
Andréia Coutinho Louback

Revisão
Ricardo Assumpção
Fernanda Doniani

Diagramação
Marcela Moura

Introdução | 03

Biodiversidade | 05

Descarbonização | 07

Agenda Tributária | 09

Greenwashing | 10

Transição Energética | 12

Agronegócio | 14

Finanças Sustentáveis | 16

Informações Corporativas | 18



Introdução

Em um mundo repleto de informações, ruídos e desencontros, é essencial saber onde buscar conhecimento e conteúdo de alta qualidade e credibilidade. Seja para a continuidade dos seus negócios, o sucesso da sua carreira empresarial ou os caminhos possíveis para ter o país estruturado em 2023, não deixe de ler este guia prático.

A missão da EY Brasil é produzir inteligência para a resolução de problemas complexos que existem no setor privado e público como um todo. Buscamos compreender quais são os pontos cegos que afetam as corporações e, assim, apresentar as melhores soluções. É nesta seara que estamos mergulhando cada vez mais nas temáticas de sustentabilidade e mudanças climáticas nos últimos anos.

Reconhecemos que esses temas prevêm um aumento exponencial de investimentos, além de multiplicar soluções diversificadas para as empresas. Em outras palavras, queremos fazer uma pergunta melhor: como podemos usar a sustentabilidade corporativa como uma ferramenta de transformações sociais, ambientais e governança (ESG)? Porém, retornemos ao começo. Cada vez

mais o Brasil tem mostrado um potencial enorme em ser protagonista na agenda de desenvolvimento sustentável global, porém ainda temos um longo caminho pela frente. Nos últimos eventos internacionais de clima e meio ambiente, tivemos uma participação coordenada para entender qual a melhor forma de criar valor com esta agenda.

Entre os dias 6 e 20 de novembro de 2022, acompanhamos de perto a Conferência das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (COP27), sediada na cidade balneária de Sharm El Sheikh, no Egito. A cúpula do clima teve tamanha dimensão no continente africano e conquistou os holofotes da mídia, tornando-se destaque em manchetes de grandes mídias e movimentou a economia do país inteiro ao receber aproximadamente 33.449 participantes de 190 nações.

Essas duas semanas foram marcadas por múltiplas discussões simultâneas e complementares entre instituições, diversos setores, líderes e stakeholders do mundo. Nós participamos ativamente do debate, reunindo clientes, ciência e parceiros em painéis de alto nível.

“

Nossa expectativa para 2023 é de mais - e melhores - serviços ecossistêmicos e capital natural para trilharmos juntos um caminho para a lógica empresarial transformadora dos modelos de negócios.

Quando embarcamos para Sharm El Sheikh, a expectativa inicial era a de como os encaminhamentos práticos da COP27 poderiam contribuir para a redução de emissões globais, assim como o aprimoramento do setor privado por meio de estratégias de adaptação às mudanças climáticas, de economia de baixo carbono e os novos fluxos de financiamento climático.

Considerada a COP da implementação, muitos dos debates e decisões foram

centrados nos desafios da nova gestão federal e seus impactos e reflexos, sobretudo, nas empresas.

Para além dos resultados da COP27, o lema a ser (re)aprendido e reforçado é que reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) cria valor para o planeta e para o setor privado. Nessa equação positiva, o custo da emergência climática será absorvido por empresas mais eficientes, mais inovadoras, com mais economia circular, que usam menos recursos naturais e reciclam mais. Por isso, para nos prepararmos para a COP28, que acontecerá em dezembro de 2023 em Dubai, e criar as conexões necessárias com os temas mais importantes, a EY criou este primeiro ESG Guidebook. Nosso material está repleto de boas práticas, ainda que muito desafiadoras, acessíveis e frutíferas para os múltiplos modelos de negócios.

Diante dos desafios, avanços e retrocessos dessa cúpula do clima, este ESG Guidebook tem o intuito de filtrar o que é sinal do que é ruído dentro de um panorama tão complexo. Aqui você encontrará as principais retrospectivas e reflexões pós-COP27, assim como as diretrizes para as empresas

brasileiras nos temas relevantes para 2023 e para a COP28: **Descarbonização, Finanças Climáticas, Biodiversidade, Greenwashing, Agronegócio, Energia e Tributação** relacionados à ESG. Para isso, contamos com análises críticas dos principais especialistas da EY no Brasil e reunimos novos olhares e perspectivas para o desenvolvimento da agenda ESG por parte da iniciativa privada. Além de instrumentos para um futuro verde e sustentável, estas ações têm foco em um horizonte rentável e próspero para as empresas vanguardistas na implementação de suas boas práticas. Afinal, nossa expectativa para 2023 é de mais - e melhores - serviços ecossistêmicos e capital natural para trilharmos juntos um caminho para a lógica empresarial transformadora dos modelos de negócios.

Boa leitura!

Ricardo Assumpção

Sócio líder de ESG para a América Latina Sul e Chief Sustainability Officer da EY Brasil



por **Leonardo Dutra**

Sócio Líder de serviços
na área de Mudanças Climáticas e
Sustentabilidade da EY para o Brasil



Rotas de preservação e recuperação da biodiversidade

No final do ano de 2022, presenciamos uma das conferências mais significativas para o futuro do planeta, a COP27, e podemos compreendê-la sob duas óticas analíticas. Primeiramente, ao olharmos para trás, o Acordo de Paris foi como um ponto de partida para o que estamos vivenciando hoje. As Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, da sigla em inglês) dos países signatários detêm uma maior ou menor profundidade em relação ao papel que cada território e modelo econômico que cada um exerce. Estas metas e compromissos de redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) que cada nação assumiu no Acordo de Paris, durante a COP21 também tiveram avanços distintos desde então.

50%

da nossa pegada de
carbono no Brasil vem
do desmatamento.

Só no Brasil, quase 50% da nossa pegada de carbono vem do desmatamento, e especificamente neste tema não temos visto grandes avanços. Alguns diriam até retrocessos. É neste cenário que um desafio se impõe: frear o desmatamento e preservar a biodiversidade, temas que estão completamente interconectados. Não há distinção hierárquica entre as duas missões prioritárias e a questão climática.

Em segundo lugar, a questão-chave do financiamento climático para a biodiversidade. Nesta COP, o tópico protagonista foi a “justiça climática”, ou seja, uma compensação econômica para perdas e danos advindos da mudança do clima e que busca reparar os prejuízos climáticos nos países em desenvolvimento que não teriam capacidade econômica de adaptação e que estão sendo proporcionalmente mais afetados. O fato que não podemos desconsiderar é que são nessas nações onde se localizam, majoritariamente, os hotspots da biodiversidade e que estão sendo diretamente ameaçados.

Sendo os Estados Unidos e a China responsáveis por mais de 50% das emissões globais, é razoável do ponto de vista geopolítico que o ressarcimento climático como forma de reparação de danos de curto, médio e longo prazo seja também de sua responsabilidade. Do ponto de vista da execução, o que se projeta é um maior fluxo de capital sendo direcionado aos países que menos contribuíram para o colapso climático que estamos vivendo hoje.

Enquanto a ciência alerta que atingimos níveis recorde de emissão de carbono no ano de 2022, o momento é oportuno para falarmos da diferenciação entre preservação e recuperação. Há 30 anos, já era possível perceber as consequências do desenvolvimento no norte do país.

Um exemplo clássico disso é que no passado o desmatamento era condição para titulação de terras, ou seja, a ideia de desenvolvimento era associada à retirada dos componentes naturais. Obviamente isso cunhou um elemento cultural inegável em determinadas regiões do Brasil. Além da preservação ter um custo menor que a exploração, ela também está embutida dentro de uma lógica econômica das populações que existem naquele local, através de seus costumes, tradições e, sobretudo, direitos. É por isso que precisamos encontrar novos meios e caminhos sustentáveis de gerar capital a partir da preservação, e pensarmos em mecanismos de transição para isso.

Já a recuperação é mais complexa e exige mais investimento. Na realidade, ela demanda uma compreensão técnica diferente. Imaginemos o setor de mineração. Por melhor que seja a área de Engenharia, não é razoável imaginar que resgataremos o *status quo* ambiental ao território, mas é possível devolver um equilíbrio paisagístico e ecossistêmico a ele. Para regiões antropizadas, precisamos de um olhar de viabilidade. O papel do investimento aqui pode gerar um maior retorno tanto do ponto de vista ecossistêmico quanto econômico.

No contexto Brasil, precisamos conciliar estas visões em benefício da biodiversidade.

No Brasil, o bioma amazônico é um patrimônio muito relevante. O papel da Amazônia é, também, socioeconômico e, portanto, ela deve ser preservada em absolutamente todos os sentidos. Por outro lado, há também o papel geopolítico. Quando uma iniciativa privada faz negócios dentro da região, ela traz legalização. Esse movimento gera um mecanismo de transparência, monitoramento e governança que mostra que estamos trilhando uma jornada correta, mesmo que ela seja passível de falhas institucionais e irregularidades. Não vamos acertar sempre, mas é imprescindível assumirmos o compromisso de fazer o certo.

Nesse sentido, sintetizamos **três insights na jornada da sustentabilidade da biodiversidade:**

1

Mecanismos de controle precisam ser desenhados para que se encaixem na equação econômica. Não se trata de “ou desenvolvimento ou preservação”, a lógica é “desenvolvimento através da preservação”.

2

Enfrentar e assumir as falhas no processo. Assim como publicamos relatórios de sustentabilidade com conquistas e reconhecimentos, é preciso também compartilhar os aspectos negativos. Existe uma cultura em mecanismos de reporte de se maximizar o certo e minimizar as não conformidades, comumente chamadas “oportunidades de melhoria”, mas é preciso fazer diferente. Tratar os erros de forma direta e transparente é, na verdade, sinal de credibilidade.

3

Utilizar os mecanismos de governança para endereçar os problemas e repactuar os compromissos com os fornecedores, clientes e setor empresarial nessa jornada de aprendizados coletivos.



A jornada ESG como fator decisivo para a descarbonização

Entre os desafios e oportunidades das empresas com a adoção de práticas de ESG, há uma infinidade de prioridades. A primeira - e talvez a mais importante de todas - seja a descarbonização das operações, enquanto há tempo.

Sendo um dos temas cruciais da COP27 e, que é estruturante na agenda ESG de uma empresa, a descarbonização é um mecanismo de transformação profundo. Para tanto,

vamos contextualizar um pouco a cronologia do tema antes de adentrarmos em uma abordagem prática à descarbonização em si.

Adotar a inovação centrada em ESG é, indubitavelmente, um dos caminhos mais coerentes para o crescimento sustentável das empresas. Também conhecida como “tripé da sustentabilidade”, a agenda ESG é responsável por direcionar os negócios a fim de que as iniciativas econômicas sejam

capazes de garantir o desenvolvimento empresarial com a redução dos impactos socioambientais. São muitas vantagens competitivas e fatores benéficos à reputação corporativa quando traçamos uma estratégia de descarbonização que reflitam compromissos claros e mensuráveis.

Vale lembrar que 636 representantes de diferentes indústrias de combustíveis fósseis estavam presentes na última cúpula do clima.

por **Marcelo Andrade**

Sócio de Estratégia
da EY-Parthenon



Um dos destaques no que tange ao setor privado foi o lançamento de um programa inédito para apoiar a implementação de ações climáticas nas empresas que representam aproximadamente 50% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. A plataforma Net Zero, idealizada pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), em parceria com o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD), lançaram uma iniciativa

cujo objetivo é criar metas empresariais de neutralidade climática em todas as esferas por meio do apoio prático à implementação de processos de descarbonização.

A iniciativa inédita não apenas reconhece que esforços individuais das empresas não são suficientes para o desafio nacional de descarbonização que temos de enfrentar, mas propõe um caminho coletivo que o setor privado possa trilhar na redução das emissões. Sabemos que a missão empresarial de zerar as emissões até 2050 é ambiciosa e desafiadora. Segundo o Oxford Net Zero & New Climate Institute, apenas 35% das empresas conseguem atingir critérios mínimos para apoiar nesse objetivo nacional e global. Além disso, o *offsetting*, que é uso de créditos de carbono de qualidade para abater emissões, seria uma das principais estratégias para toda a cadeia de valor.

O setor privado desempenha um papel fundamental para a redução das emissões rumo à economia carbono neutro. Entre as muitas prioridades, destacamos a necessidade de estabelecer metas com bases científicas e de longo prazo. Assim, poderemos, de fato, construir modelos eficazes de negócios de baixo carbono, sustentáveis e resilientes.

Attingir a descarbonização exige que as empresas tenham uma visão abrangente de seus sistemas, desde o design do produto e cadeia de suprimentos até a fabricação e operações, a fim de determinar a sua pegada de carbono e o melhor método para removê-lo.

35%

das empresas conseguem atingir os critérios mínimos em zerar as emissões de carbono

O sucesso requer decisões complexas sobre *trade-offs*, que abrangem processos industriais, redes de distribuição, circularidade e inovação tecnológica. O imperativo de “transformar para sobreviver” tem sido bem compreendido em setores movidos a combustíveis fósseis, como Petróleo e Gás e Automotivo, desde o Acordo de Paris. A necessidade de “transformar para diferenciar e vencer” a fim de criar vantagem competitiva agora está sendo acelerada por



setores como Ciências da Vida, Produtos de Consumo e Varejo e Tecnologia, Mídia & Telecomunicações.

Em vista disso, fizemos uma **abordagem prática e comprovada em cinco passos** para auxiliar empresas na transformação de um negócio na direção sustentável com suporte analítico e estratégico em cada etapa do processo.

- 1** Com velocidade e precisão, avalie a pegada de carbono geral da empresa e identifique as prioridades de descarbonização.
- 2** Avalie as áreas com significativo potencial de redução de carbono e analise os custos e benefícios financeiros.
- 3** Estabeleça uma visão, ambição e defina metas específicas de descarbonização.
- 4** Crie planos com iniciativas granulares para alcançar as metas.
- 5** Atente-se minuciosamente às mudanças no ambiente de negócios e ajuste o curso do plano com agilidade apoiando-se em evidências e informações analíticas, com total transparência institucional.

Como manter uma agenda tributária e fiscal ancorada em ações ESG



por Erica Perin

Sócia de Tributos da EY Brasil



O universo tributário e fiscal é uma fonte inesgotável de possibilidades e caminhos de ação. Por definição, os tributos são importantes fontes de receita dos governos para apoiar o desenvolvimento sustentável da sociedade. Por isso, a contribuição tributária é como uma bússola, que nos mostra se uma empresa está realizando negócios de uma forma responsável, não apenas com acionistas, mas com todos os stakeholders.

Em primeiro lugar, é importante compreender que o desempenho tributário no ambiente ESG pode ser avaliado a partir de três pilares interdependentes: a política tributária, a governança e a transparência. Ousamos dizer que a pedra angular dessa tríade é a governança corporativa, pois é ela quem traça estratégias e diretrizes tributárias para todas as partes interessadas. Em sua estrutura, ela nos permite desenvolver e aprimorar os mecanismos de controle e gestão de risco, sempre centrados no cumprimento de todas as vertentes ESG.

Como tendência de mercado, diversos países têm adotado mecanismos e estímulos fiscais para impulsionar a sustentabilidade local. Essas medidas viabilizam caminhos para redução de emissões, permitindo, assim, o atendimento de compromissos com a neutralidade de carbono e combate às mudanças climáticas. Embora esses objetivos sejam compartilhados, as políticas estabelecidas para alcançá-los variam muito.

Por isso, elaboramos **cinco diretrizes práticas** sobre como empresas podem acompanhar os incentivos de sustentabilidade, regimes de carbono e tributos ambientais:

1

Mantenham-se atualizados sobre o cenário de políticas fiscais relacionados à sustentabilidade. Isso é fundamental para as empresas, principalmente globais, que desejam agir frente à crise climática diante de oportunidades valiosas.

2

O **EY Green Tax Tracker** é uma ferramenta crucial que fornece uma visão geral de incentivos de sustentabilidade, regimes de precificação de carbono e outros impostos ambientais. São mais de 2.600 incentivos monitorados ao redor do mundo, mais de 80 iniciativas de precificação de carbono e inúmeros mecanismos de rápida resposta às oportunidades de incentivos fiscais.

3

Para sanar as lacunas na comunicação de tributos no contexto ESG, é importante que as empresas produzam relatórios integrados, como parte do relatório anual ou de sustentabilidade. É muito estratégico também fazer relatório de transparência fiscal separado. Isso aumenta a credibilidade e confiabilidade das informações, caso sejam contestadas.

4

No planejamento tributário e *compliance*, incorpore sempre o ESG na cultura, nas operações e nos assuntos dos funcionários da empresa.

5

Identifique incentivos de descarbonização da cadeia de suprimentos, avaliem as fontes de financiamento verde e vinculados a incentivos estabelecidos e assegurem

incentivos e benefícios fiscais. Esse é um forte princípio estratégico de governança justa, transparente e responsável.



Por Marina Mantoan, Lutz Kuehne, Clarisse Ottero e Fernanda Filipavicius

Forensic & Integrity Services da EY Brasil

Porque precisamos falar sobre *Greenwashing*

Vivemos em um mundo de negócios competitivos e, diante das atuais pressões de investidores sobre as temáticas de ESG, uma imagem íntegra e sustentável definitivamente representa uma vantagem. O que cria um terreno fértil para o que chamamos de *greenwashing*. Cunhado em 1989 e traduzido como “lavagem verde”, o termo é caracterizado pela valorização de uma empresa ou produto por meio de omissão de informações, fake news, exageros fictícios ou até mesmo a manipulação ou ausência de dados relevantes. Isso pode ocorrer em diferentes cenários, desde relatórios anuais e financeiros, até propagandas de marketing, rótulos de produtos, imagens ou declarações públicas.

No ambiente corporativo, estamos sujeitos a falhas, crises reputacionais, e imprecisão de informações. Contudo, diante de ações com consequências ambientais e sociais, todo zelo é pouco. A reputação de uma empresa está

diretamente ligada à integridade, à transparência e às evidências de ações pontuais e sistêmicas que resultem em impactos positivos mensuráveis a curto, médio e longo prazo para a sociedade.

Ao partirmos dessa premissa, sabemos o quanto a indústria de combustíveis fósseis, por exemplo, é constantemente criticada por *greenwashing*. Quando tratamos temáticas como redução de emissões de gases de efeito



estufa (GEE) e neutralidade de carbono, observa-se que o plano de negócios muitas vezes segue na contramão dos compromissos com a descarbonização assumidos publicamente. Outro setor que vem sofrendo críticas relativas a *greenwashing* e forte pressão regulatória por mais transparência na agenda e critérios ESG é o setor financeiro, principalmente os fundos de investimento que se apresentam como sustentáveis.

Por isso, para que a agenda ESG seja de fato um norteador na redução e reparação de danos sociais e ambientais, a tendência é que as entidades regulatórias intensifiquem o combate à prática de *greenwashing*. Atualmente, há diversos formatos de relatórios e métricas que auxiliam empresas e instituições na identificação das melhores práticas na divulgação de impactos relativos a ESG, como o GRI (Global Report Initiative), SASB (Sustainability Accounting Standards Board), e PRI (Principles for Responsible Investment World Economic Forum).

Nesse sentido, tendo como horizonte o aspecto preventivo, o principal pilar para evitar o *greenwashing* é a governança corporativa. O uso das estruturas de governança e *Compliance* das empresas é crucial para ações de ESG centradas em compromissos estratégicos, análise e monitoramento de riscos e fortalecimento da cultura organizacional em toda a comunidade

de *stakeholders* (clientes, fornecedores, colaboradores etc).

Embora as empresas tenham ciência da importância da agenda ESG e, até mesmo do conceito de *greenwashing*, pode haver um despreparo para enfrentar crises reputacionais ligadas a este tipo de ocorrência. Por isso, listamos a seguir **6 passos e caminhos imprescindíveis de ação para as empresa diante de uma crise de *greenwashing***:

1

Invista em soluções tecnológicas para a geração de dados confiáveis, gerando evidências que garantam a confiabilidade dos dados, inclusive no que tange ao atingimento ou não dos compromissos assumidos publicamente. Isso inclui o suporte às três linhas de defesa da governança em relação às metas e ações concretas da agenda ESG, que sempre devem ser alinhadas à estratégia da empresa, verídicas e alcançáveis. No momento da crise, soluções tecnológicas aplicadas auxiliarão com mais rapidez e precisão diante do confronto de dados.

2

Mantenha a política de gestão de crises sempre atualizada. Ela precisa endereçar os riscos e reunir todas as informações deste processo. Por exemplo, planos de contingência, procedimentos sobre o que deve ser feito e quem precisa ser acionado em caso de crises efetivas. Considerem desenhar uma política através de mapeamento de riscos e simulação de possíveis crises.

3

Acione o comitê de gestão de crise com membros de diferentes *expertises*, com as competências certas para centralizar, coordenar e endereçar as ações. É muito importante definir antecipadamente quais são os papéis e responsabilidades de cada membro. Isso agiliza a tomada de decisões.

4

Em caso de iniciar o processo investigativo, selecione uma empresa de consultoria externa independente que irá reunir fatos, dados e documentos por meio da coleta de informações disponíveis para análise de quem são os envolvidos, *modus operandis*, entre outros impactos. Considere sempre o acionamento de um escritório de advocacia especializado em temas ESG e gestão de crises para avaliação dos impactos e resultados, no processo de gestão de crise e, sobretudo, a continuidade do negócio.

5

Estabeleça protocolos de comunicação, como monitoramento da repercussão, que poderão ser acionados de acordo com o impacto da questão de *greenwashing* e os diversos públicos envolvidos. É aconselhável a contratação e uso de agentes externos (agências de comunicação, de publicidade, etc) para a comunicação assertiva e direcionada aos interesses dos diversos grupos e públicos-alvos, como investidores, mercados, empregados, governo, comunidade, entre outros.

6

Por fim, realize treinamentos periódicos e tempestivos para os momentos de crises, que incluam desde os porta-vozes até a disseminação entre os colaboradores para que todos tenham ciência do ocorrido. Esses treinamentos devem ter uma programação pautada em medidas em curso, orientação de como proceder, processo de gestão de crise para diversas análises, comunicação institucional e pronunciamentos públicos.



por **Afonso Sartorio**
Sócio Líder da EY para o setor de
Energia na América Latina Sul



A transição energética capaz de transformar riscos em oportunidades

Entre as vantagens mais competitivas que temos enquanto país é a evidência de que o Brasil tem uma matriz mais “verde” que a média mundial, incluindo os países mais desenvolvidos. Cerca de 85% da eletricidade produzida em território nacional vem de fontes renováveis. Fato que comprova o nosso grande potencial para capturar vantagens competitivas na cadeia global. Devido às fontes hidráulicas, nossa matriz é mais limpa, o que nos assegura cada vez mais benefícios e boas condições para disputar a maratona da transição energética.

No panorama nacional e global, compreendemos que a melhoria da eficiência energética por meio da introdução de novas tecnologias e processos operacionais podem impulsionar a produtividade. Contudo, isso

poderia se tornar realidade, contanto que não seja transversal à descarbonização. As empresas que forem capazes de atingir a neutralidade de carbono em suas emissões vão se destacar não apenas na cadeia de valor, mas também nas boas oportunidades geradas pela economia verde.

Nesse percurso da transição energética, é oportuno que o setor privado tenha um olhar atento para as comunidades locais. Ir além das obrigações regulatórias deve ser um compromisso do pilar “ambiental e social” em todas as etapas e processos que integram a construção de uma matriz predominantemente renovável. O que nos permitiria apostar em soluções baseadas na natureza (SbN) para desenvolver ativos operacionais mais sustentáveis.

Por isso, é de suma importância que o setor privado siga mapeando os riscos e oportunidades quando falamos em transição energética no Brasil. Entre as questões regulatórias envolvidas, tanto o custo mais competitivo para as fontes renováveis quanto a redução da pegada de carbono são duas prioridades que devem caminhar indissociavelmente. O investimento em Power Purchase Agreements (PPAs), que são contratos corporativos de compra de energia, é um dos possíveis caminhos positivos para as empresas e negócios centrados na agenda ESG. Eles não beneficiam apenas às instituições, mas sem dúvida toda a sociedade

Apesar de boas perspectivas, relembramos que o Brasil é o sexto maior emissor de gases de efeito estufa (GEE). Para reposicionarmos



o país na geopolítica climática global faz-se necessário o engajamento, cooperação internacional e compromisso com ações multissetoriais, sobretudo no setor privado. A descarbonização deve ser analisada sob a ótica do Acordo de Paris, que enfatizou a transição energética e preservação dos biomas. Não há mais tempo a perder. A EY Brasil acredita que **o setor privado pode contribuir ativamente para a transição energética por meio das quatro diretrizes** principais a seguir.

- 1** Antes de tudo, as organizações devem sempre divulgar suas emissões de gases de efeito estufa (GEE) e os impactos dos riscos climáticos. É preciso divulgar metas e objetivos climáticos e, por meio de uma governança estruturada, monitorá-los.
- 2** Apostem em compensações de carbono com créditos de origem externa. Além disso, fontes de energia renovável, geração de energia secundária de hidrogênio e bateria para substituir os combustíveis fósseis (diesel) para outras aplicações locais.
- 3** Por meio de pesquisas, estudos e evidências, saibam sempre quais são as tecnologias e modelos de negócios a serem usados para aumentar e acelerar a descarbonização.
- 4** O valor da transparência ao compartilhar seus planos para a neutralidade de carbono e seus sucessos ao longo do caminho serão importantes para ganhar a confiança dos investidores e, potencialmente, vantagem competitiva.



por **Alexandre Rangel**

Sócio Líder da indústria
de Agronegócios para
América Latina Sul



Novos rumos do Agronegócio para revolucionar a bioeconomia do século XXI



Não há dissociação do Agronegócio sem considerar a redução dos impactos ambientais. No último ano, a pesquisa **Top 10 Riscos e Oportunidades para Agronegócio**, realizada pelo Centro de Excelência EY de Agronegócios (CEA), produziu um mapeamento de percepções de executivos das principais empresas do Brasil, Argentina e Chile em relação à escala hierárquica de perigos e possibilidades nos negócios e operações. Além de apresentar uma dimensão de prioridades para diversos setores, o estudo trouxe reflexões e apontamentos sobre como reposicionar a agenda do Agronegócio para a transformação.

Pela primeira vez, a última COP27 centralizou estrategicamente a discussão sobre o Agronegócio de forma mais propositiva. Na primeira semana da conferência, catorze empresas globais do setor lançaram o **Roadmap for Traders** - um plano de combate ao aquecimento global nas cadeiras de soja, óleo de palma e pecuária. Atualmente, há uma grande lacuna em termos de modelos capazes de fazer as análises de impactos e propostas de soluções para o mundo. A pergunta central que ainda persiste é: vamos apenas caminhar rumo a uma visão baseada em modelos que são aplicáveis aos países desenvolvidos ou iremos, enfim, olhar para todos os países - sobretudo os subdesenvolvidos?

O Brasil, sem dúvidas, promete muita exuberância no setor do Agronegócio. O uso da terra tem potencial impulsor

à liderança global do país, tanto no que diz respeito à economia de baixo carbono quanto à sustentabilidade de base florestal. Temos ativos socioambientais capazes de revolucionar a bioeconomia do século XXI. Entretanto, quando nos deparamos com dados mundiais, ocupamos a posição do quinto maior emissor global de efeito estufa (GEE), deixando para trás apenas a China, os Estados Unidos, a Índia e a Rússia. De acordo com o Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), em 2021, emitimos 6 em cada 100 toneladas de CO2 no planeta. Enquanto isso, só as mudanças do uso do solo foram responsáveis por 49% das emissões nacionais.

A obtenção de dados, estatísticas e evidências de qualidade é a chave para direcionar investimentos estratégicos à descarbonização, bons negócios e geração de inteligência capaz de orientar novas tecnologias de ação e combate aos riscos do Agronegócio. Dentre as questões ambientais e regulatórias, além dos desafios geopolíticos, os três principais riscos destacados pela pesquisa foram: a mudança do clima, os gargalos na infraestrutura e a agricultura de baixo carbono.

Avançamos no desenvolvimento de novos portos, construção de novas rodovias, além do modal aquaviário e especial. Há grandes gargalos logísticos de escoamento. Isso evidencia que o nosso principal desafio, olhando para 2030, é manter os investimentos de logística, porque a produção contínua precisa seguir aumentando

a necessidade de não apenas alimentar a bioenergia para o mundo.

Em vista dos múltiplos cenários da agricultura no Brasil frente ao desafio de transição para uma economia de carbono *net zero*, elaboramos **um guia prático com cinco orientações para impulsionar novos rumos no setor de Agronegócio no país.**

1

É muito relevante olhar para as empresas do Brasil que cresceram tardiamente e que, em menos de cinco anos, multiplicaram seu faturamento por dez. Ou seja: deixaram de ser empresas familiares e se tornaram uma multinacional, empresa de bilhões e que precisam cada vez mais investir em processo de governança corporativa, transparência e controles internos. Sendo assim, a gestão dessas empresas precisa ser uma gestão do nível das melhores empresas brasileiras, pois é isso que elas se tornaram no espaço de tempo muito curto.

2

Negócios, produtividade e tecnologia. A própria questão da gestão de inovação e tecnologia é fundamental para a produtividade em relação ao aumento de fronteiras agrícolas e recuperação de pastagens degradadas. O uso da tecnologia, qualificação do capital humano e das pessoas para trabalhar em um ambiente altamente tecnológico - *startups* e empresas no mundo urbano para o agro - é estratégico, pois o negócio acontece onde está a fronteira da inovação tecnológica no Brasil. O Agronegócio, hoje, põe uma série de desafios em relação a como reter, como remunerar, como estimular, como manter essas pessoas dentro das empresas. É preciso se preparar para esse tipo de mão de obra, que possui demandas e expectativas bastante peculiares e inéditas para este setor.



3

Um dos fatores críticos do sucesso é a manutenção dos investimentos privados em logística. Não faz sentido que seja via o governo com outras prioridades. É preciso que seja feito por iniciativa privada, e nesse momento, essa escolha pode ser muito impulsionar a descarbonização.

4

Apostem em uma comunicação positiva e de resultados. A criação de uma coalizão entre o mundo do Agronegócio e o da sustentabilidade não é sobre convergências e divergências, mas sim sobre complementaridades. O Agro brasileiro,

se não for o mais, talvez seja um dos mais sustentáveis do mundo. Temos a captura de carbono e a matriz energética do Agro é a mais limpa dos grandes países produtores (até porque é o uso de energias limpas no Brasil, seja na matriz hidrelétrica, seja até no uso do etanol e do biodiesel). A produção de estudos, pesquisas, *fact sheets*, séries audiovisuais, podcasts, entrevistas didáticas na imprensa, metodologias de sucesso é fundamental para a produção de conhecimento e evidências positivas sobre o tema.

5

O Brasil tem potencial para desenvolver não apenas o Agronegócio de grande porte, mas também o pequeno produtor, a agricultura familiar (que hoje tem pouca informação de como pode se beneficiar desse processo do ponto de venda de carbono). Um dos papéis do setor corporativo é a mola educacional e de prover produtos e serviços, com os pequenos produtores e atores familiares. Isso traz benefícios não só do ponto de vista ambiental, mas também para a economia de baixo carbono. Precisamos gerar mais eficiência e rentabilidade na produção. No final, estabilidade e rentabilidade caminham de mãos dadas. A economia de baixo carbono deve ocupar também a agenda do produtor familiar e ser, assim, uma preocupação de todo o setor e um ponto inegociável para uma sociedade mais competitiva na agricultura.

por **Lúcio Teixeira**

sócio de Transações Corporativas para
Corporate Finance da EY no Brasil



A evolução do mercado de finanças sustentáveis

O *benchmarking* de instrumentos financeiros aplicados em um contexto de infraestrutura sustentável é vasto e complexo. O desenvolvimento de soluções financeiras para enfrentar os desafios da agenda climática e da biodiversidade é uma tendência global que, felizmente, tem criado raízes e frutos no Brasil. O capital sustentável tem se revelado um catalisador de ações ESG dentro das companhias.

Primeiramente, ao nos depararmos com a gramática financeira, é preciso definir qual seria a melhor definição de finanças sustentáveis. O termo faz jus a todo e qualquer aspecto sustentável no pleito de financiamento, considerando itens que não são apenas econômico-financeiros. Segundo o [glossário da Comissão Europeia](#), “as finanças sustentáveis correspondem ao novo paradigma de finanças de reorientação dos fluxos financeiros para os investimentos sustentáveis considerando, nomeadamente, aspetos Ambientais, Sociais e de Governança (ESG)”. Elas mostram, entre outras coisas,

que as empresas possuem um comprometimento com a restauração e preservação dos recursos naturais, assim como a adaptação e mitigação das mudanças climáticas.

É dentro dessa ótica socioambiental que nascem as métricas de avaliação e monitoramento que se materializam em um item não-financeiro dentro de um contrato, por exemplo. Tratam-se de métricas de sustentabilidade que vão além da capacidade de pagamento de uma dívida e o fluxo de caixa. É uma estratégia de incentivo às companhias para que, por meio de suas fontes de capital, implementem ações que tenham impactos positivos no meio em que seus negócios estão inseridos.

À medida que o mercado de finanças sustentáveis cresce no Brasil, percebe-se um amadurecimento do mercado em relação a este tema. Além dos ganhos reputacionais, as companhias perceberam que estes instrumentos podem contribuir

para o atendimento a um novo tipo de consumidor, mais consciente e seletivo ao escolher fornecedores que compartilhem dos mesmos valores que eles. Outro ponto positivo é que tudo isso é parte importante para a transição para uma economia de baixo carbono e com menos prejuízos sistêmicos causados pela emergência climática.

Do *Social Bonds* ao *Green Bonds*, há uma infinidade de projetos atrelados a todas as métricas de sustentabilidade que, hoje, estão diretamente ligados ao departamento financeiro e ao custo de capital das empresas. Na realidade, deixou de ser uma ação em que a iniciativa privada faria meramente por um propósito e passou a ser uma ação que pode ter um impacto





econômico financeiro - seja por um custo menor, seja por uma maior liquidez devido ao número de fundos dedicados às linhas ESG. Ainda que o cenário macroeconômico tenha provocado uma redução no número de emissões sustentáveis no último ano, podemos considerar que este mercado teve avanços significativos. Uma maior evolução da regulação e a experiência adquirida pelos financiadores e investidores, já evidenciam que essas soluções vieram para ficar. Finanças sustentáveis são uma tendência

no mercado mundial, que estão sendo expressivamente replicadas no mercado brasileiro. A fim de encorajar, preservar e perpetuar abordagens de investimento ESG, separamos **cinco orientações ao panorama de finanças sustentáveis** para as empresas em 2023:

1

Pensando em empresas médias que ainda não estão atentas a esse tipo de instrumento e possibilidade, a primeira orientação é básica: tomem conhecimento! Saibam que hoje existem instrumentos de dívida sustentável no mercado e que a liquidez relacionada a esses fundos está aumentando significativamente. É fundamental que as empresas saibam quais são as regras que estão sendo praticadas e, independentemente do porte das companhias, isso tem se tornado uma opção a ser considerada.

2

Para as empresas - de médio ou grande porte - que nunca pensaram em fazer uma dívida atrelada à sustentabilidade ou não acessaram o crédito sustentável, saibam que existe uma liquidez interessante nesse tipo de mercado que pode ser acessada e transformar a cultura organizacional do seu negócio.

3

Como mencionamos ao longo do artigo, a sustentabilidade está diretamente relacionada ao departamento financeiro das companhias. Então, se antes tratamos como temáticas dissociadas, essa agenda passou a ser também de responsabilidade do CFO e do CEO. O domínio destes temas de sustentabilidade pelos gestores da agenda de capital pode representar oportunidades imediatas ou preparar a empresa para um mercado financeiro cada vez mais atento ao tópico.

4

Embora não seja um fator limitante, estamos caminhando para uma disseminação da cultura de um mercado de finanças de tal forma que as empresas possuem a obrigação de se atentar a esse movimento. Isso possibilita uma compreensão mais madura de como se posicionar no futuro, mesmo não vislumbrando uma captação de finanças sustentáveis nesse momento.

5

Como vimos, o tema abarca uma complexidade desafiadora. Se antes tratávamos de aspectos exclusivamente econômico-financeiros para a tomada de decisão de estrutura de capital, o que vemos hoje é a unificação de todos esses fatores. Isso quer dizer que as empresas precisam ter o comprometimento de diversos aspectos que podem, eventualmente, influenciar o custo de capital. Por exemplo: o volume de emissão de gás carbônico (CO2), o consumo de água ou geração de rejeitos no processo produtivo. O mercado, hoje, cobra e observa todos esses aspectos de sustentabilidade. Não se trata mais de uma questão de propósito ou escolha, mas de indicadores com impactos financeiros e regulatórios.



Informações Corporativas

Ricardo Assumpção

Sócio Líder de ESG para a América Latina Sul e Chief Sustainability Officer da EY Brasil

(11) 3913-0093

ricardo.assumpcao@br.ey.com

Leonardo Dutra

Sócio Líder de serviços na área de Mudanças Climáticas e Sustentabilidade da EY para o Brasil

leonardo.dutra@br.ey.com

Marcelo Andrade

Sócio de Estratégia da EY-Parthenon

marcelo.andrade@parthenon.ey.com

Erica Perin

Sócia de Tributos da EY Brasil

erica.perin@br.ey.com

Marina Mantoan

Sócia para Forensic & Integrity Services da EY Brasil
marina.mantoan@br.ey.com

Lutz Kuehne

Sócio para Forensic & Integrity Services da EY Brasil
lutz.kuehne@br.ey.com

Clarisse Ottero

Gerente para Forensics & Integrity Services da EY Brasil
clarisse.ottero@br.ey.com

Fernanda Filipavicius

Consultora Sênior para Forensic & Integrity Services da EY Brasil
fernanda.filipavicius@br.ey.com

Afonso Sartório

Sócio Líder da EY para o setor de Energia na América Latina Sul
afonso.sartorio@br.ey.com

Alexandre Rangel

Sócio Líder da indústria de Agronegócios para América Latina Sul
alexandre.rangel@br.ey.com

Lúcio Teixeira

Sócio de Transações Corporativas para Corporate
Finance da EY no Brasil
lucio.teixeira@br.ey.com

Sobre a EY

A EY existe para construir um mundo de negócios melhor, ajudando a criar valor no longo prazo para seus clientes, pessoas e sociedade e gerando confiança nos mercados de capitais.

Tendo dados e tecnologia como viabilizadores, equipes diversas da EY em mais de 150 países oferecem confiança por meio da garantia da qualidade e contribuem para o crescimento, transformação e operação de seus clientes.

Com atuação em assurance, consulting, strategy, tax e transactions, as equipes da EY fazem perguntas melhores a fim de encontrarem novas respostas para as questões complexas do mundo atual.

EY se refere à organização global e pode se referir a uma ou mais afiliadas da Ernst & Young Global Limited, cada uma delas uma pessoa jurídica independente. A Ernst & Young Global Limited, companhia britânica limitada por garantia, não presta serviços a clientes. Informações sobre como a EY coleta e utiliza dados pessoais, bem como uma descrição dos direitos individuais de acordo com a legislação de proteção de dados, estão disponíveis em ey.com/privacy. As afiliadas da EY não exercem o direito se essa prática for proibida pelas leis locais. Para mais informações sobre a nossa organização, visite ey.com.br.

Este comunicado foi emitido pela EYGM Limited, integrante da organização global da EY que também não presta serviços a clientes.

©2023 EYGM Limited.

Todos os direitos reservados.

ey.com.br

Facebook | **EYBrasil**

Instagram | **eybrasil**

Twitter | **EY_Brasil**

LinkedIn | **EY**

YouTube | **EYBrasil**

future trends

ESG

